

Ribeirão Preto, 28 de agosto de 2023.

RA 424-23

À

BMS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Fortaleza - CE

Atenção da **Diretoria**

Prezados Senhores

Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras da **BMS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, do período findo em **30 de junho de 2023**, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente.

BLB Auditores Independentes

Escritório de Ribeirão Preto - SP



Rodrigo Garcia Giroldo

Sócio Diretor

**BMS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO
S.A.**

Demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2023

Em Reais

Conteúdo

Relatório dos auditores Independentes	4
Relatório da Administração	8
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
BMS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Fortaleza – CE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **BMS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em **30 de junho de 2023** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o per findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BMS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Comparabilidade dos resultados do período:

O ajuste de R\$ 248 mil descrito no item 1 da seção a seguir intitulada “Outros Assuntos”, relativo à provisão para empréstimos e direitos creditórios descontados, foi regularizado pela Sociedade no segundo semestre de 2022. Isto significa que as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2022 estão impactadas pelos ajustes não efetuados, afetando a comparabilidade do resultado e fluxo do caixa dos períodos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Sociedade para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 foram por nós examinadas, as quais emitimos relatório com opinião modificada sobre essas demonstrações financeiras, que continham duas ressalvas descritas abaixo:

1. Provisão para empréstimos e direitos creditórios descontados

Em 30 de junho de 2022 a Sociedade possuía saldo de Títulos e créditos a receber de operações cedidas no montante de R\$ 375 mil, dos quais R\$ 248 mil refere-se a recompra de títulos inadimplentes de direitos creditórios. As provisões de perdas para os títulos inadimplentes foram reconhecidas no segundo semestre do exercício de 2022. Consequentemente, em 30 de junho de 2022, os valores registrados de títulos e créditos a receber, o resultado da intermediação financeira e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 248 mil.

2. Conciliação da conta caixa

Em 30 de junho de 2022, a Sociedade possuía saldo de caixa no montante de R\$ 21 (R\$ 25 mil em 31 de dezembro de 2021). Como até a data da emissão do relatório, não foram disponibilizados informações e documentos suficientes relacionados à existência desses montantes, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação ao caixa registrado, assim como aos demais componentes das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 28 de agosto de 2023.



Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

Relatório da Administração

A administração da **BMS Sociedade de Crédito Direto S.A. (“BMS”)**, em conformidade com as disposições legais e estatutárias e em atendimento à exigência prevista nas normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), apresenta a seus acionistas, as demonstrações contábeis da **BMS** relativas ao semestre findo em **30 de junho de 2023**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

A **BMS** tem como objetivos principais: operações de empréstimos, de financiamentos e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meios de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, prestação de serviços de análise de crédito e cobrança e participação de capital de outras sociedades, como sócia e acionistas, exceto instituições financeiras.

Ao longo do primeiro semestre de 2023, a **BMS** auferiu um prejuízo de R\$ 462 mil dentro de um contexto econômico desafiador no país, sendo o resultado impactado por níveis elevados de provisão de créditos de liquidação duvidosa.

A administração da **BMS** reafirma o engajamento de manter esforços para a continuidade do crescimento e sucesso dos negócios. Atualmente, a **BMS** possui indicadores de liquidez financeira adequados e suficientes consoante com sua estratégia e políticas de administração.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A ADMINISTRAÇÃO

Leandro Sayão

Presidente

BMS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	NE	30/06/2023	31/12/2022		NE	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		<u>8.076</u>	<u>5.625</u>	Circulante		<u>1.116</u>	<u>1.746</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	904	1.551	Outros depósitos	8	571	1.020
Títulos e Valores Mobiliários	5	4.692	68	Contas de pagamento pré-paga		571	1.020
Operações de Crédito		<u>1.659</u>	<u>1.413</u>	Outras obrigações		<u>545</u>	<u>726</u>
Empréstimos Concedidos	6	2.637	3.178	Fiscais e previdenciárias	9.1	140	140
(-) Provisão s/Perdas Oper. Crédito	6	(978)	(1.765)	Diversas	9.2	347	502
Outros créditos		<u>821</u>	<u>2.593</u>	Provisão Passivos Contingentes	12	58	84
Adiantamentos operacionais	7.1	351	459				
Títulos e créditos a receber	7.2	95	388	Patrimônio líquido	10	<u>7.973</u>	<u>3.935</u>
Diversos	7.3	122	129	Capital Social			
Créditos Tributários	11.a	253	1.617	de domiciliados no país		9.500	5.000
Não Circulante		<u>1.013</u>	<u>56</u>	Reserva legal		263	263
Operações de Crédito		<u>5</u>	<u>4</u>	Reserva especiais de lucros		357	357
Empréstimos Concedidos	6	5	4	Prejuízo Acumulado		(2.147)	(1.685)
Outros créditos		<u>963</u>	<u>-</u>				
Créditos Tributários	11.a	963	-				
Imobilizado		<u>45</u>	<u>52</u>				
		<u>9.089</u>	<u>5.681</u>			<u>9.089</u>	<u>5.681</u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

BMS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstrações de resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	NE	Exercício	
		30/06/2023	30/06/2022
Receitas da intermediação financeira		3.060	2.935
Operações de crédito	13	2.888	2.931
Resultado de títulos e valores mobiliários	13	172	4
Despesas da intermediação financeira		(433)	(1.710)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(433)	(1.710)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.627	1.225
Outras receitas (Despesas) operacionais		(2.687)	(2.541)
Receitas de prestação de serviços		295	229
Despesas de pessoal	14	(474)	(409)
Outras despesas administrativas	15	(2.402)	(2.055)
Despesas tributárias		(122)	(133)
Outras receitas operacionais		27	3
Outras despesas operacionais		(11)	(176)
Resultado operacional		(60)	(1.316)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(60)	(1.316)
Imposto de Renda	11	-	-
Contribuição Social	11	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11	(402)	447
Prejuízo líquido do período		(462)	(869)
Número de ações		5.236.840	5.000.000
Resultado por ação em R\$		(0,09)	(0,17)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

BMS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Exercício	
	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Prejuízo Líquido:	<u>(462)</u>	<u>(869)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período:	<u><u>(462)</u></u>	<u><u>(869)</u></u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

BMS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Primeiro Semestre	
	30/06/2023	30/06/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	(22)	847
Prejuízo líquido	(462)	(869)
Ajustes:		
Depreciação	7	6
Ajustes de avaliação patrimonial	433	1.710
(Aumento) Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	(4.495)	(392)
Títulos e valores mobiliários	(4.624)	(43)
Operações de crédito	(680)	180
Outros créditos	809	(529)
Aumento (Diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais	(630)	652
Outros depósitos	(449)	843
Outras obrigações	(181)	(191)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(5.147)	1.107
Aquisição de ativo imobilizado	-	(4)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-	(4)
Dividendos distribuídos	-	(163)
Aumento de capital	4.500	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	4.500	(163)
Aumento em equivalentes de caixa	(647)	940
Equivalentes de caixa		
No início do período	1.551	421
No final do período	904	1.361
Aumento em equivalentes de caixa	(647)	940

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

BMS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital	Reservas de lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	5.000	263	357	(1.685)	3.935
Outros eventos:					
Capital Social	4.500	-	-	-	4.500
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(462)	(462)
Saldos em 30 de junho de 2023	9.500	263	357	(2.147)	7.973
Mutações no período	4.500	-	-	(462)	4.038
Saldos em 1º de janeiro de 2022	5.000	263	687	-	5.950
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(869)	(869)
Destinações:					
Distribuição de lucros	-	-	(163)	-	(163)
Saldos em 30 de junho de 2022	5.000	263	524	-	4.918
Mutações no período	-	-	(163)	-	(1.032)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em R\$ Mil)

1 Contexto operacional

A **BMS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.** (“**BMS**”), CNPJ nº 17.826.860/0001-81, iniciou suas atividades no ano de 2013, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Av. Santos Dumont, nº 2828, Sala 1306/1307/1308, no Aldeota, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

A **BMS** tem como objetivo principal a concessão de empréstimos e financiamentos a pessoas físicas constituídos na forma de microempreendedores e empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional comercial ou industrial de pequeno porte, e quaisquer outras operações admitidas a sociedades da mesma natureza, equiparando-se às instituições financeiras para os fins legais.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28 de agosto de 2023, estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$), sendo o Real a moeda funcional da **BMS**.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A **BMS** reconhece os créditos concedidos e demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a **BMS** se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A **BMS** desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a **BMS** transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela **BMS** em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a **BMS** tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A **BMS** classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a **BMS** gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Contas a receber de empréstimos e financiamentos

Contas a receber de créditos sob a forma de empréstimos e financiamentos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os saldos não liquidados no período contratual são reclassificados para outras operações e mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Provisão de devedores duvidosos

As operações de empréstimos e financiamentos são classificadas, em ordem crescente de risco e faixas de vencimentos, e são efetuadas com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, nos moldes da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, pontualidade e atrasos nos pagamentos e limite de crédito;

II - em relação à operação: natureza e finalidade da transação e valor.

As provisões são constituídas em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

(v) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela **BMS** na gestão das obrigações de curto prazo.

(vi) Passivos financeiros não derivativos

A **BMS** reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a **BMS** se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A **BMS** desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(vii) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 9.500 (R\$ 5.000 - em 31/12/2022), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 5.236.840 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Imobilizado

b.1 Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à **BMS** em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Para as operações com créditos adquiridos a **BMS** identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

d. Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

e. Ativos e passivos contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e também de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

f. Imposto de renda e contribuição social

A **BMS** está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos – Conta Movimento	127	282
Banco Central – Saldo em Reservas	777	1.269
Caixa e equivalentes de caixa	<u>904</u>	<u>1.551</u>

5 Títulos e Valores Mobiliários

Estão representados por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) no valor de R\$ 4.678, com o objetivo de vincular os títulos junto ao processo de homologação do aumento de capital correspondente, que estava em análise pelo Banco Central do Brasil na data do balanço e por aplicações com quotas de fundos de investimento, com liquidez, e totalizaram R\$ 14 (2022 – R\$ 68)

Conforme nota explicativa nº 17 – Eventos Subsequentes, o Banco Central autorizou o aumento de capital, deferindo pela disponibilidade dos títulos vinculados que passaram a compor a liquidez e a base para a realização de novas operações.

6 Operações de Crédito

Estão representadas por operações de crédito sob a forma de empréstimos, que totalizaram R\$ 2.642 (R\$ 3.182 em 31/12/2022), distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA POR NÍVEIS DE RISCO

Níveis	Situação	<u>30/06/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
		Operações	Provisão	Operações	Provisão
		2.642	978	3.182	1.765
NÍVEL A	em dia	1.243	6	1.006	5
NÍVEL B	atrasos até 30 dias	114	1	94	1
NÍVEL C	atrasos de 31 a 60 dias	89	3	102	3
NÍVEL D	atrasos de 61 a 90 dias	120	12	78	8
NÍVEL E	atrasos de 91 a 120 dias	68	20	84	25
NÍVEL F	atrasos de 121 a 150 dias	101	50	100	50
NÍVEL G	atrasos de 151 a 180 dias	73	51	150	105
NÍVEL H	atrasos de 181 a 360 dias	834	834	1.568	1.568

Na data-base houve constituição de provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito, e que representa a melhor estimativa da Administração para perdas com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 978 (R\$ 1.765 em 31/12/2022).

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES

	De 01/01/2023 a 30/06/2023	De 01/01/2022 a 30/06/2022
Saldos no início do período	1.765	2.078
Provisões constituídas	433	1.710
Créditos baixados como perdas	(1.220)	(527)
Saldos no final do período	978	3.261

7 Outros Créditos

7.1 Adiantamentos operacionais

Refere-se a depósitos realizados em empresa especializada para operacionalização de transações de pagamentos de clientes, no montante de R\$ 351 (R\$ 459 em 31/12/2022). Os recursos depositados referem-se a adiantamento das operações que podem ser realizadas pelos clientes diariamente.

7.2 Títulos e créditos a receber

Refere-se a: (i) operações recebidas em bancos liquidantes, aguardando repasse para a BMS, no montante de R\$ 95 (R\$ 7 em 31/12/2022); e (ii) valores em cobrança de parcelas cedidas a fundos de investimento no montante de R\$ 429 (R\$ 816 em 31/12/2022). Para estas parcelas há uma provisão para perdas equivalente, no montante de R\$ 429 (R\$ 435 em 31/12/2022).

7.3 Diversos

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamentos diversos (a)	76	71
Devedores Depósitos Garantia	37	37
Impostos a compensar (b)	9	9
Devedores diversos	12	11
	<u>122</u>	<u>129</u>

- a) Representado por adiantamentos salariais no montante de R\$ 4 (2021, R\$ 5), adiantamentos de comissões para prestadores de serviços no montante de R\$ 72 (Em 2022, R\$ 66).
- b) Refere-se a impostos pagos por antecipação do próprio exercício, retidos nas aplicações da Companhia, que serão compensadas na declaração do imposto de renda da pessoa jurídica e por impostos recolhidos a maior.

8 Outros Depósitos – Contas de pagamento pré-pagas

Representa os saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, de titularidade de clientes e mantidos na BMS, que não constituem recursos livres para a instituição, devendo ser depositados em montante equivalente no Banco Central do Brasil, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

Em 30 de junho de 2023 os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição e os valores a pagar a instituições participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento originadas de titular de conta de pagamento é de R\$ 571 (Em 2022, R\$ 1020).

9 Outras Obrigações

9.1 Fiscais e Previdenciárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto sobre operações financeiras (a)	82	81
Impostos e contribuições de terceiros	12	12
Impostos e contribuições sobre salários	17	24
PIS, a COFINS e ISS próprio	29	23
	<u>140</u>	<u>140</u>

- a) Representado pelo imposto sobre operações financeiras – IOF retidos dos clientes tomadores de empréstimos a serem recolhidos à Receita Federal.

9.2 Diversas

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para pagamento a efetuar – Despesas com pessoal	138	109
Provisão para pagamento a efetuar – Despesas correntes	13	23
Credores diversos (a)	196	370
	<u>347</u>	<u>502</u>

- a) Refere-se substancialmente a valores a serem repassados referente a créditos cedidos.

10 Patrimônio líquido

a- Capital social

O capital social, no montante de R\$ 9.500 (R\$ 5.000 - em 31/12/2022), encontra-se totalmente subscrito e integralizado, e é dividido em 5.236.840 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária de 22 de março de 2023, deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 4.500, totalmente subscrito e integralizado, com a emissão equivalente de 236.840 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O ato societário foi submetido à homologação do Banco Central e foi deferido em 02 de agosto de 2023.

b- Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2023 não houve destinação para a constituição da reserva legal devido ao prejuízo apurado.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A **BMS** possui direitos sobre compensação de prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social sobre o lucro, para os quais foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 867 para o imposto de renda e de R\$ 312 para a contribuição social.

Do mesmo modo, a **BMS** possui direitos de dedução de despesas com provisões temporariamente indedutíveis, relativas às perdas esperadas em operações de crédito, as quais ainda não reuniram as condições de dedutibilidade permitida pelas regras tributárias, tendo constituído créditos tributários de diferenças temporárias, cujo valor totaliza R\$ 24 de imposto de renda e de R\$ 13 em contribuição social (R\$ 1.353 e R\$ 559 em 31/12/2022). Esta redução se deveu à dedução de parte das provisões como perda efetiva neste semestre, à luz da legislação tributária.

O reconhecimento integral destes ativos decorre de avaliação por parte da Administração acerca da sua capacidade de geração de lucros futuros para fazerem frente à sua compensação, no caso dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, ou lucro tributável suficiente para dedução das referidas perdas, se ocorrerem, no caso das provisões para perdas esperadas.

A administração, com base em suas projeções de negócios, elaborou um estudo técnico para assegurar a capacidade de realização dos créditos tributários, e estes devem se realizar nos seguintes prazos:

	<u>30/06/2023</u>
Exercício 2023	(145)
Exercício 2024	398
Exercício 2025	963
Total do crédito tributário	<u><u>1.216</u></u>

b. Impostos Correntes

A composição dos impostos correntes é a seguinte:

	30/06/2023		30/06/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(60)	(60)	(1.316)	(1.316)
Adições	442	442	1.880	1.880
Exclusões	(718)	(718)	(2.183)	(2.183)
Base tributária	(336)	(336)	(1.619)	(1.619)
Alíquota IRPJ (15%) - CSLL (9%)	-	-	-	-
Alíquota IRPJ (10%)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

12 Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável totalizam em 30 de junho de 2023 o montante de R\$ 58 (31 de dezembro de 2021 R\$ 84 em 31/12/2022) e risco possível totalizam em R\$ 680 (R\$ 712 em 31/12/2022).

13 Receitas da Intermediação Financeira

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela **BMS**.

As receitas com títulos e valores mobiliários também fazem parte das receitas de intermediação financeira as rendas decorrentes da aplicação de recursos disponíveis, reconhecendo no período os juros incorridos.

Por fim, as receitas de prestação de serviços, estão representadas pelas tarifas cobradas de seus clientes nas operações realizadas no ano.

	30/06/2023	30/06/2022
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Rendas de Operações de Crédito	2.888	2.931
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	172	4
	3.060	2.935

14 Despesas com pessoal

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Proventos	(284)	(239)
Encargos sociais	(93)	(83)
Benefícios	(97)	(87)
	<u>(474)</u>	<u>(409)</u>

15 Outras Despesas administrativas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Serviços de terceiros	(1.192)	(1.038)
Despesa de processamento	(676)	(631)
Serviços técnicos especializados	(223)	(81)
Aluguel	(104)	(98)
Comunicação	(28)	(25)
Serviços do sistema financeiro	(121)	(133)
Outras despesas administrativas	(58)	(49)
	<u>(2.402)</u>	<u>(2.055)</u>

16 Estrutura de gerenciamento de riscos

A **BMS** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco, a **BMS** mantém uma estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa da **BMS** no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

As definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional a que estão sujeitos a instituição são:

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação.

A **BMS** não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

b. Risco de Crédito e Contraparte

A **BMS**, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O papel da **BMS** na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte. É papel da **BMS** realizar o monitoramento (analisar, aprovar, definir limites e regras de acompanhamento) periódico da carteira e recomendar a concessão de créditos de acordo com a política interna.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê de Crédito**.

O comitê avalia e aprova, define limites por emissores, setores e das operações conforme o caso. Também cabe ao comitê analisar o prêmio de risco mínimo necessário.

A periodicidade do comitê é semanal, com a participação dos gestores, compliance e sócios. O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias.

c. Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Na **BMS**, o Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação do mesmo. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos.

Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

A **BMS** é uma sociedade de crédito com foco na concessão de empréstimos e financiamentos a microempreendedores e empresas de pequeno porte, sendo assim no caso de operações de crédito com seus clientes que pertençam a um grupo econômico, definem-se os limites de liquidez dos ativos que serão constituídos, conforme o perfil de risco do grupo econômico.

Já a liquidez de mercado é monitorada e avaliada conforme o segmento de mercado de atuação dos clientes tomadores de crédito. Avalia-se a capacidade de liquidez do setor como um todo, monitorando as projeções econômicas e o desenvolvimento realizado nos últimos anos.

d. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A **BMS** busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitar a ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e de ferramentas de uso por parte da gestão.

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos as leis e regulamentação aplicáveis pelo, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de auto regulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da **BMS** e a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situação de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

(ii) Rendas a receber de clientes, outros créditos a receber, fornecedores e outras contas a pagar

Apresentado ao valor histórico que Administração entende que se aproxima do seu valor de mercado em função do curto prazo de vencimento.

(iii) Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

a. Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade da **BMS** sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

De acordo com suas políticas financeiras, a **BMS** não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a **BMS** sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Em 30 de junho de 2023 e 2022, os principais saldos expostos a riscos de créditos são aplicações financeiras e operações de crédito a receber de clientes conforme demonstrado no balanço patrimonial.

c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a **BMS** poderia utilizar para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a **BMS** monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

d. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a **BMS** usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A **BMS** reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidadas em que ocorreram as mudanças.

A tabela abaixo apresenta os valores dos ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus níveis na hierarquia de valor justo.

30 de junho de 2023

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	4.692	-	-	4.692

31 de dezembro de 2022

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	68	-	-	68

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Operações de Crédito	1.664	1.417
Outros Créditos	1.784	2.593
	<u>2.393</u>	<u>2.393</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Outras Obrigações exceto provisões para contingências	487	642
	<u>487</u>	<u>642</u>

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 e 2022, não houve transferência entre os níveis de hierarquia de valor justo.

17 Evento subsequente

Em 02/08/2023 o Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital da BMS, de R\$ 5.000 para R\$ 9.500, revertendo em favor da Companhia os recursos aportados na forma de títulos públicos vinculados, para títulos livres para negociação.

A Administração não tem conhecimento de quaisquer outros eventos subsequentes até a data de aprovação das demonstrações contábeis.